

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA O LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO EDITORIAL ESTATAL DO GOVERNO VARGAS

André Barbosa Fraga
Doutor em História pela UFF
andrebraga@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho pretende apresentar a contribuição metodológica desenvolvida pela pesquisa de pós-doutorado intitulada “Propaganda política e interpretação do Brasil nas primeiras publicações do governo Vargas: levantamento e análise da produção editorial do DPDC/DNP”. Por meio dela foi possível avançar significativamente nos estudos a respeito da produção de folhetos, livros e periódicos desenvolvida pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)/Departamento Nacional de Propaganda (DNP), primeiro órgão de publicidade política da década de 1930 a investir em publicações. As estratégias de pesquisa empregadas, que serão descritas com detalhes por este estudo, como a consulta à Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, a fotografias e a livros e dicionários bibliográficos, permitiram que um mapeamento minucioso nos acervos de arquivos e bibliotecas de vários estados do Brasil tivesse como resultado o mais completo levantamento já realizado dos títulos das publicações do DPDC/DNP, algo não alcançado por trabalhos anteriores. O fruto de todo esse esforço foi a identificação de 88 títulos distintos, o que representa, aproximadamente, 81% de tudo o que esse departamento produziu. Essa tentativa de catalogação mostra-se fundamental para conhecermos melhor as ações dos departamentos de propaganda das décadas de 1930 e 1940. Além disso, revela-se imprescindível porque apenas com a reunião completa dos títulos lançados torna-se viável analisar o conteúdo deles em seu conjunto, buscando compreender de que maneira serviram como estratégia de legitimação política das concepções e iniciativas do governo, ao apresentarem determinadas interpretações sobre o Brasil, a imagem do presidente, o passado histórico brasileiro e a cultura do país.

Palavras-chave: Governo Vargas; Departamento de Propaganda e Difusão Cultural; Departamento Nacional de Propaganda; Publicações.

Introdução

Os 90 anos da chamada Revolução de 1930, completados em outubro de 2020, estimularam nos meios acadêmicos uma série de reflexões a respeito das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais profundas pelas quais o Brasil passou ao longo das décadas de 1930 e 1940. Para o grupo que chegou ao poder nesse período, a implantação de tais mudanças dependia do investimento maciço no culto à personalidade de Getúlio Vargas, apontado como o líder carismático capaz de guiar os

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

destinos do país. Para esse esforço alcançar êxito, tornou-se fundamental garantir a existência de uma sequência ininterrupta de órgãos criados a fim não apenas de veicular uma imagem sempre favorável do presidente e de seus atos, mas também de construir determinadas representações sobre a história, a cultura e as tradições nacionais. Tais políticas foram tidas como essenciais para o governo obter não apenas a submissão da população, mas, sobretudo, a adesão dela (GOMES, 2003, p. 112).

Nesse contexto, a primeira experiência de organização da propaganda estatal foi o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), instaurado já em 1931, evidenciando o interesse imediato de Vargas de contar com um setor administrativo adequado para gerenciar os meios de publicidade federal e servir de controle da informação. Em 1934, com o intuito de aperfeiçoar e de ampliar o escopo de atuação desse tipo de instituição, o governo encerrou as atividades dele e iniciou as do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1935, este sofreu uma mudança no nome, passando a ser chamado de Departamento Nacional de Propaganda (DNP). No entanto, tal alteração, apesar de efetivamente empregada na prática, nunca teve existência legal por meio de um decreto, funcionando como uma “marca-fantasia” (SOUZA, 1991, p. 121). Sendo assim, faz sentido referir-se aos dois últimos órgãos citados mantendo-os juntos: DPDC/DNP.

Durante o ápice do Estado Novo, mais uma mudança, com a instauração do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) faltando alguns dias para acabar o ano de 1939. A partir de 1940, a sua capacidade de atuação foi ampliada com a criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), os quais consistiam na instalação em cada estado do país de modelos congêneres à entidade original, mas subordinados a ela. Em um novo momento político, de paulatina desestruturação da ditadura, o governo resolveu encerrar as atividades do DIP em 1945, surgindo em seu lugar o Departamento Nacional de Informações (DNI), extinto, por sua vez, em 1946, na presidência da República de Eurico Gaspar Dutra.

Entre essas instituições oficiais de propaganda, apenas a primeira delas, o DOP, não investiu na produção editorial de folhetos, livros e periódicos, material de divulgação das diretrizes doutrinárias do regime e dos aspectos culturais do país. O DPDC/DNP passou a fazê-lo desde seu terceiro ano de existência: 1936. Por sua vez, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DIP recorreu a tal expediente a partir de 1940. Com muitos dos DEIPs não foi diferente, pois iniciaram essa prática logo depois de organizados. Apesar de todos esses departamentos juntos terem elaborado, de 1936 a 1945, centenas de publicações, poucos trabalhos acadêmicos sobre a administração varguista tentaram levantar os títulos impressos por tais órgãos e/ou examinar a função de algum deles enquanto editor. Essa contribuição historiográfica, além de pequena, está, em geral, centrada especificamente no DIP. Dessa forma, independentemente da importância do DPDC/DNP como pioneiro na produção de farto material de publicidade governamental, adquirindo a experiência e a expertise que posteriormente foram levadas ao DIP, ele não recebeu atenção semelhante.

O presente artigo tem como objetivo, portanto, fazer algo nunca realizado: o levantamento minucioso das publicações do DPDC/DNP, primeiro órgão de propaganda da administração varguista a constituir um projeto editorial. Essa tentativa de catalogação mostra-se imprescindível porque apenas com a reunião completa dos títulos lançados será possível, em um segundo momento, analisar o conteúdo deles em seu conjunto, buscando compreender de que maneira serviram como estratégia de legitimação política das concepções e iniciativas do governo. Apesar de fundamental para conhecermos melhor as ações dos departamentos de propaganda das décadas de 1930 e 1940, tentativas de listar os folhetos e livros editados encontraram um obstáculo bastante significativo: o desaparecimento dos arquivos do DOP, do DPDC/DNP e do DIP. Ao longo do tempo, pesquisadores têm procurado, sem sucesso, localizá-los, mesmo que de maneira fragmentada, em instituições diversas.

Com a redemocratização, a partir da deposição de Vargas, críticas à ditadura ficaram em evidência, colocando em xeque a existência de órgãos de publicidade governamental e censura. Segundo Almeida, Eurico Gaspar Dutra, em 1946, eleito presidente pós-Estado Novo, mas tendo sido figura central do regime político anterior, como ministro da Guerra, extinguiu o DNI e ordenou a queima dos arquivos dos antigos departamentos de propaganda, tendo parte deles sido incinerada e a outra depositada em galpões, nos quais provavelmente não sobreviveu ao tempo. Alguns exemplares que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

integravam a Biblioteca do DIP¹ escaparam da destruição ao serem mantidos guardados, até meados da década de 1960, no Serviço de Documentação da Agência Nacional.² No entanto, nesse período, um dos diretores da instituição autorizou a dispersão do conjunto das obras, causando a perda definitiva dele (ALMEIDA, 1981, p. 3 e 4).³ Diante de tantas dificuldades, Edgard Carone, um dos primeiros historiadores a analisar o período Vargas, ao comentar sobre a literatura produzida pelo DIP (o que pode ser estendido também ao órgão anterior), chegou, inclusive, a sentenciar que “fazer a sua lista é impossível” (CARONE, 1976, p. 168). Tendo como foco o DPDC/DNP, o intuito deste artigo é tentar demonstrar o contrário.

A historiografia sobre a produção editorial do governo Vargas: as tentativas de reconstituir a “Biblioteca do impossível”

Até a década de 1970, por prevalecer o entendimento de que o distanciamento no tempo era imprescindível a uma boa reconstituição historiográfica, os anos 1930 e 1940 foram muito pouco estudados pelos historiadores (CAPELATO, 2007, p. 190). Uma exceção foi o livro *O Estado Novo*, de Edgard Carone (1976). No trabalho, ele aborda concisamente as atribuições do DIP e sua contribuição para a formação mitológica de Getúlio Vargas no Estado Novo, sem, no entanto, dedicar-se com detalhes ao seu papel editorial, cujas publicações, inclusive, conforme já informado, julgava inviáveis de serem completamente identificadas. Além disso, sua análise ficou restrita a esse órgão, não se referindo às funções dos anteriores, como as do DPDC/DNP.

Ao que se tem registro, a primeira tentativa acadêmica minuciosa de se fazer o levantamento das obras produzidas pelo governo Vargas ocorreu no final dos anos 1970

¹ Cabia ao setor de Biblioteca do DIP catalogar e conservar as publicações produzidas ou adquiridas pelo órgão, que, em 31 de outubro de 1944, eram 2.697, disponíveis para consulta e empréstimo (Cultura Política, 1944, p. 180 e 181).

² O Decreto-Lei que extinguiu o DNI manteve em funcionamento a Agência Nacional, a qual havia sido criada em 1937 vinculada ao DPDC/DNP.

³ Esta pesquisa confirmou a dissipação das obras não destruídas da biblioteca original dos órgãos de propaganda, já que localizou livros com as marcas de terem integrado esse acervo. É o caso, por exemplo, de *Os problemas do Brasil e as grandes soluções do novo regime* (Campos, 1938), do DPDC/DNP, pertencente à Coleção Luiz de Castro Faria, da Biblioteca do Museu Nacional – MN. Pode-se afirmar isso porque ela apresenta, na folha de rosto, um carimbo escrito D.I.P. na parte de cima e Biblioteca na parte de baixo. Além disso, colada no verso da contracapa, encontra-se preservada a ficha de empréstimo da Biblioteca do DNI, com o cartão de registro das datas de devolução.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e início dos 1980, por iniciativa do antropólogo e professor do Museu Nacional Luiz de Castro Faria e de seu bolsista Alfredo Wagner Berno de Almeida. A pesquisa empreendeu buscas em bibliotecas e arquivos públicos e privados e em sebos de vários estados do Brasil, reunindo dados sobre publicações do DPDC/DNP, do DIP, do SIPS,⁴ de Empresas Incorporadas à União, como o grupo A Noite,⁵ e de material impresso que, pela temática, deve ter sido patrocinado pelos órgãos de propaganda do governo. O resultado não chegou a ser publicado.⁶

No entanto, em 1981, Alfredo Wagner inseriu a ordenação das produções encontradas em trabalho final de uma disciplina cursada no Museu Nacional/UFRJ durante o seu doutoramento, sob o título de *Uma biblioteca do “impossível”*: trabalho de recuperação e ordenação de fontes (livros, folhetos e periódicos) necessárias e imprescindíveis à análise das relações entre os produtores intelectuais do denominado Estado Novo (ALMEIDA, 1981). Gustavo Sorá, ao cursar anos mais tarde o doutorado também em Antropologia pelo Museu Nacional e dispondo de Castro Faria como coorientador, teve acesso ao levantamento, utilizando-o em sua tese. Nela, estudou a José Olympio, averiguando quantos livros dessa editora haviam sido referenciados na lista de Alfredo Wagner, o que permitiu verificar a intensidade das relações mantidas pela empresa com o regime varguista (SORÁ, 2010, p. 234).

Foi principalmente a partir da década de 1980, com as revisões historiográficas ocorridas no Brasil, que surgiu um interesse mais específico dos historiadores sobre o governo Vargas. Os profissionais da área, motivados pela renovação da história política e pela valorização e prestígio que o estudo do “Tempo Presente” ganhava na França, aventuraram-se na tentativa de compreensão de décadas mais recentes (CAPELATO, 2007, p. 190). Nesse bojo, surgiram novas abordagens com a exploração de documentos inéditos. Um marco nesse processo foi o lançamento, em 1982, de *Estado Novo: Ideologia e poder*, livro que chamou atenção para a importância do tema, incentivando a

⁴ O Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS) foi um departamento do Gabinete do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, encarregado da coordenação de informações de interesse da polícia preventiva.

⁵ Em 1940, o grupo A Noite, dono da editora de mesmo nome, foi afetado pela política de estatização dos meios de comunicação promovida pelo Estado Novo, passando a fazer parte do Patrimônio Nacional.

⁶ O antropólogo guardou em sua sala do Museu as obras encontradas. Com a aposentadoria dele, o conjunto de livros acumulado durante a carreira, incluindo parte desse material, foi doado à UFRJ e atualmente integra a Coleção Luiz de Castro Faria, da Biblioteca do Museu Nacional – MN.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

produção de outros estudos. Inclusive, um dos capítulos aborda a função ideológica do Estado Novo, analisando o papel do DIP em tal projeto e a sua principal publicação periódica: a revista *Cultura Política* (VELLOSO, 1982). O DPDC/DNP não foi referenciado nessa parte e em nenhuma outra.

No mesmo ano, Nelson Jahr Garcia (1982) lançou um dos primeiros e mais importantes trabalhos a analisar a construção da personalidade de Vargas como mito e governante providencial feita pelos órgãos oficiais: *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. Ao esmiuçar o esforço empreendido pelo governo para fortalecer o culto à figura do presidente, o foco do autor recaiu sobre o DIP, referindo-se ligeiramente aos primeiros departamentos, apenas para contextualizar o surgimento deste último. Ao final da obra, ele compartilhou, em um extenso apêndice, uma seleção comentada de livros, documentários cinematográficos, faixas e cartazes produzidos durante o Estado Novo. Essa iniciativa revela outra tentativa, ainda que menor do que a conduzida por Castro Faria e Alfredo Wagner, de listar as publicações dos órgãos de propaganda governamentais, apresentando inúmeras do DPDC/DNP e do DIP (GARCIA, 1982, p. 129-154).

Nas décadas de 1990 e 2000, houve um crescimento do número de pesquisas a respeito do governo Vargas, com abordagens variadas e objetos inovadores. No entanto, apesar da importância fundamental dos departamentos de propaganda e censura para se compreenderem os anos de 1930 e de 1940, poucos desses trabalhos realizaram análises aprofundadas de tais órgãos. Sem dúvida, a destruição dos arquivos do DOP, do DPDC/DNP, do DIP e do DNI, cuja consulta seria fundamental ao embasamento de possíveis estudos, revela-se um fator decisivo para justificar esse diagnóstico. Mesmo diante de tamanho obstáculo, três produções tiveram destaque: *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo* (GOULART, 1990), *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP* (PAULO, 1994) e *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)* (SOUZA, 2003). Com exceção desta última, as obras focaram no DIP, tratando os departamentos iniciais (DOP e DPDC/DNP) de maneira concisa, basicamente apresentando as datas de criação e de encerramento e as atividades principais que desempenharam.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Todos esses trabalhos citaram publicações do DPDC/DNP e do DIP, mas apenas alguns deles, ainda que de modo rápido, trataram do papel de editor deste último órgão de propaganda. Diferentemente dos demais, o livro de José Inacio de Melo Souza dedicou espaço significativo para analisar com detalhes os motivos de criação e de reorganização dos primeiros departamentos e do DIP, as atribuições de cada um deles, a atuação dos diretores e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Todavia, Souza, assim como os outros, não realizou qualquer tipo de reflexão sobre a atuação do DPDC/DNP na área da produção de livros/periódicos. A conclusão é a de que, nos anos 1990 e 2000, inexistiram estudos especificamente dedicados a fazer o levantamento dos títulos editados pelos órgãos oficiais de propaganda.

Apenas na década de 2010, novas pesquisas demonstraram interesse em retomar essa discussão, examinando a função do DIP enquanto editor e tentando fazer o levantamento dos títulos e dos autores dos livros elaborados por ele. Duas historiadoras procuraram identificar e localizar o máximo possível de impressos. A primeira delas, Tania Regina de Luca (2011), em artigo da *Revista Brasileira de História*, intitulado *A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos*, analisou o trabalho desse órgão a partir das publicações sobre o governo Vargas encontradas em duas bibliotecas universitárias dos Estados Unidos (Tulane e Vanderbilt).⁷ Com base no material reunido, a autora elaborou quadros nos quais separou as obras entre sem e com informação do editor. Aquelas classificadas no segundo grupo foram ainda divididas em pertencentes a editoras comerciais ou a oficiais. Neste caso, localizou principalmente obras do DIP (trinta e quatro), ainda que cite também algumas do DPDC/DNP (quatro) e do DEIP (uma).

A segunda historiadora, Ana Paula Leite Vieira (2019), investiu no mesmo tema ao desenvolver sua tese de doutorado, chamada *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Seguindo a estratégia apontada por Luca, Ana Paula também mapeou os títulos das publicações em bibliotecas dos Estados Unidos. No entanto, diferentemente daquela, pesquisou ainda em acervos brasileiros, juntando as referências colhidas nos dois países em uma lista

⁷ O governo Vargas assinou, em 24 de junho de 1940, um intercâmbio cultural com os Estados Unidos determinando a troca de publicações literárias oficiais entre as duas nações (LUCA, 2011, p. 276 e 277).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

anexada ao final do trabalho dela. Na relação apresentada, identificaram-se dezenas de obras do DIP, uma quantidade significativa e bem superior à alcançada por Luca. Além disso, nela constam aproximadamente vinte títulos pertencentes ao DPDC/DNP.

Portanto, a conclusão trazida por este balanço historiográfico é a de que, apesar da importância dos departamentos de propaganda oficiais durante as décadas de 1930 e de 1940, eles foram relativamente pouco estudados. Já no que diz respeito especificamente ao DPDC/DNP e ao DIP, tal afirmação torna-se ainda mais evidente em relação ao papel editorial deles. Os principais esforços empreendidos anteriormente de levantamento das publicações desses dois órgãos (ALMEIDA, 1981; GARCIA, 1982; LUCA, 2011; VIEIRA, 2019) têm em comum, em parte ou ao todo, algumas destas incongruências: não se preocuparam em tentar colocar os impressos na ordem em que foram lançados, confundiram livros do DPDC/DNP com os do DIP e misturaram as obras apenas patrocinadas ou recomendadas com as comprovadamente editadas. Enquanto o papel de editor do DIP já figurou como objeto central de algumas pesquisas, ainda não se desenvolveram trabalhos específicos sobre a produção editorial do DPDC/DNP nem houve a tentativa de fazer a catalogação, na totalidade, de seus folhetos e livros.

Tornando a “Biblioteca do impossível” possível: em busca das publicações do DPDC/DNP

A ação inaugural deste estudo consistiu em pesquisar a existência ou não de levantamentos substanciais dos folhetos e livros publicados pelo DPDC/DNP, isto é, que, diferentemente da maioria dos esforços apresentados no tópico anterior, tenham de maneira efetiva se aproximado da catalogação completa da produção editorial desse órgão. A leitura da historiografia trouxe informações das duas tentativas mais bem-sucedidas de listar a relação das obras dos departamentos de propaganda estatal. A primeira ocorreu em 1946, no contexto de redemocratização do Brasil. Nesse ano, o jornal *Correio da Manhã*, de 3 de agosto, reproduziu um debate conduzido pelo deputado federal Rui Santos (União Democrática Nacional/BA), durante os trabalhos da Assembleia Constituinte. Este havia requisitado ao poder executivo e ao DNI uma série

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de informações a respeito do papel e dos custos do DIP, inclusive sobre os impressos editados ao longo dos anos. Segundo o periódico, o político, após ter recebido os dados, revelou aos colegas em plenário os títulos e os autores, a fim de que todos percebessem o grande volume de dinheiro gasto para enaltecer Vargas. A matéria jornalística cita alguns deles, inclusive obras do DPDC/DNP (BARROS, 2009, p. 254).

Em consulta aos Anais do Senado, foi possível obter mais detalhes do requerimento endereçado ao DNI, no qual constam as perguntas “d) – quais os livros de propaganda do Brasil impressos pelo DIP ou cujos autores foram pelo mesmo órgão subvencionados?; e) – quais os livros editados pelo DIP ou que tiveram sua edição custeada em parte por este órgão?” (BRASIL, 1946, p. 7). Como Rui Santos recebeu o ofício com as respostas ao seu pedido e o leu em plenário, era possível que a relação dos livros tivesse sido guardada na Câmara dos Deputados. No Arquivo dessa instituição, o ofício pôde ser efetivamente encontrado, porém nele consta a informação de que os dados que respondiam aos quesitos “d” e “e” do requerimento seguiram em documentos separados.⁸ Esses anexos não foram localizados no acervo. O Arquivo da Câmara dos Deputados esclareceu que não conhece os critérios utilizados para armazenamento e transferência da documentação do Rio de Janeiro para Brasília. Acrescentou ainda que as respostas aos requerimentos eram entregues aos deputados solicitantes, sendo registrada somente a entrada na Casa Legislativa, ficando a critério de cada um deles enviar ou não uma cópia ao arquivo.

A segunda tentativa, à qual já se fez referência, ocorreu na década de 1980, quando o professor do Museu Nacional Castro Faria e o seu bolsista de pesquisa Alfredo Wagner de Almeida buscaram fazer o levantamento das produções editoriais do governo Vargas. O resultado não chegou a ser publicado, mas constava no trabalho final de uma disciplina cursada por Alfredo Wagner na UFRJ. Tania Regina de Luca descobriu que ele havia sido depositado nos arquivos do Museu Nacional, porém encontrava-se conservado incompleto, faltando quase toda a parte da catalogação das publicações (LUCA, 2011, p. 293). No ano de 2017, ao consultarmos a Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) dessa instituição, pôde ser confirmada a existência

⁸ BRASIL. Assembleia Constituinte de 1946. Requerimento n. 97, de 1946. Requer informações ao Poder Executivo sobre o DNI (antigo DIP). Brasília, Arquivo da Câmara dos Deputados, 1946. Localização: BR DFCD AC1946/1058.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apenas das páginas iniciais e finais (1-23 e 76-77). Entramos em contato tanto com Alfredo Wagner quanto com Gustavo Sorá, contudo, devido ao tempo já transcorrido desde que um escreveu e o outro utilizou a lista, apontaram a dificuldade de localizá-la, caso ainda tenha permanecido entre seus documentos.

Sem o êxito na obtenção de relações mais completas dos títulos das publicações do DPDC/DNP, restou investir na busca individual de cada folheto e livro, por meio da elaboração de um conjunto de estratégias que, abarcando diversas frentes de investigação, mostrou-se capaz de alcançar o objetivo pretendido. A primeira delas consistiu na leitura dos autores que, de alguma forma, procuraram apresentar a produção editorial dos órgãos de propaganda, citando volumes que integram a “biblioteca do impossível” (ALMEIDA, 1981; GARCIA, 1982; LUCA, 2011; VIEIRA, 2019), de modo a partir de uma base já iniciada e a obter algum tipo de interlocução. Em seguida, investiu-se na consulta a dissertações, teses, artigos e livros que estudaram outros temas relacionados ao governo Vargas, como anticomunismo, música e educação, rastreando, nas bibliografias, referências às obras do DPDC/DNP que poderiam ter servido de fonte. Essa segunda estratégia trouxe algum resultado, porém não se mostrou tão promissora porque, apesar de o DNP ter produzido dezenas de títulos diferentes, apenas alguns vêm sendo recorrentemente utilizados pelos historiadores, já que a maioria permanecia desconhecida.

Diante dessa limitação da historiografia, empregamos uma terceira estratégia de investigação. Apesar da destruição completa do conjunto documental oficial pertencente ao DIP, procuraram-se em diferentes arquivos vestígios de fontes que mencionassem os órgãos de propaganda e censura e também, conseqüentemente, as suas publicações. Como resultado, foi possível reunir, em relação ao DPDC/DNP, alguns documentos impressos, além de fotografias e registros sonoros, preservados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e no Arquivo Nacional (AN). Neles, obtiveram-se dados sobre alguns dos folhetos e livros editados.

Sem dúvida, a queima dos arquivos oficiais do DIP, logo após o fim do Estado Novo, trouxe obstáculos significativos para o aprofundamento de determinados aspectos dos departamentos de propaganda. No que diz respeito especificamente às investigações

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobre a produção editorial, dois dos problemas encontrados estão, primeiro, em calcular a quantidade total de folhetos e livros que o DPDC/DNP e o DIP produziram e, assim, poder aferir o quanto os estudos estão próximos ou não de identificar a totalidade dos volumes da “Biblioteca do impossível” e, segundo, descobrir a ordem exata em que as obras foram publicadas. Ao longo desta pesquisa, pôde-se notar um elemento presente em muitos desses livros: um número de série. Esse detalhe, que passou despercebido por todos os outros pesquisadores citados anteriormente, é a chave para, mesmo sem a existência dos arquivos desses órgãos, solucionar essas duas dificuldades.

Na continuidade da pesquisa, empregou-se uma quarta estratégia: consultar o banco de dados do acervo de dezenas de bibliotecas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Sem dúvida, essa ação mostrou-se fundamental não apenas para localizar os títulos já identificados, mas também para chegar a outros que ainda não figuravam na relação até então levantada. Apesar de promissora e de ter rendido bastantes frutos, essa iniciativa deparou-se com dois obstáculos. Em algum momento do passado, havia uma prática comum a várias bibliotecas brasileiras de encadernarem os livros retirando as capas originais. Com isso, encontrar as obras nesses acervos não era garantia de descobrir o número da ordem na qual foram produzidas pelo DPDC/DNP nem de conhecer as gráficas contratadas para fazer a impressão, já que frequentemente essas informações estavam presentes nas contracapas.

O segundo contratempo diz respeito ao fato de que, embora conste em todas as publicações de tal órgão a identificação de pertencerem a ele, diversas dessas obras foram catalogadas pelos arquivos e bibliotecas apenas com a informação do nome da gráfica que as imprimiu. Sendo assim, uma busca geral unicamente por DNP, na base de dados dessas instituições, não apresenta um resultado satisfatório, pois é muitas vezes quantitativamente inferior ao volume de livros desse departamento de fato sob a guarda delas. Para contornar essa dificuldade, mostrou-se, portanto, de suma importância intensificar o trabalho de levantamento de cada título que ainda permanecia desconhecido, posto que, em inúmeros casos, apenas com essa informação foi possível localizar um exemplar em arquivos e bibliotecas. Nesse sentido, outras fontes precisaram ser analisadas e cruzadas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entre esses novos documentos consultados, os mais importantes foram as revistas e os jornais impressos de 1936 a 1939, período no qual o DPDC/DNP investiu em publicações. Uma vez que os órgãos de propaganda e censura do governo Vargas remetiam à imprensa, para serem obrigatoriamente inseridos nos periódicos, artigos sobre as ações, iniciativas e atividades que estavam sendo postas em prática por eles, tornou-se possível encontrar matérias que divulgaram frequentemente aos leitores o título de folhetos e livros recém-lançados. Por isso, como quinta estratégia, também se revelou fundamental a pesquisa à Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, na qual puderam ser consultados, por exemplo, os jornais do Rio de Janeiro *Gazeta de Notícias*, *A Noite* e *Correio da Manhã*. No mesmo acervo, a revista *Cultura Política*, editada pelo DIP, ainda que produzida após 1939, mostrou-se de significativa utilidade, visto que muitos de seus números apresentaram seções nas quais há informações a respeito das obras não apenas do DIP, mas também do DPDC/DNP.

Além das já anunciadas, mais uma estratégia empregada na pesquisa, com o intuito de descobrir outros títulos, foi fazer o levantamento de livros, periódicos e dicionários bibliográficos voltados a registrar as publicações das décadas de 1930 e 1940, como, por exemplo, *Bibliografia Nacional*, de Reis (1942), e *Revista do Livro* (1939). Em seguida, pôde-se consultá-los em bibliotecas, procurando pela inclusão de citações às produções editoriais do órgão estudado. Por fim, a sétima estratégia foi adquirir os livros do DPDC/DNP por meio da compra de exemplares em sebos e leilões, o que permitiu montar uma biblioteca particular dessas obras. Tal ação possibilitou a obtenção tanto de títulos não encontrados em nenhuma das instituições consultadas quanto de outros que, apesar de localizados, estavam sem as capas originais, o que inviabilizava a identificação do número de série.

A atuação em tantas frentes de investigação e empregando um leque considerável de estratégias para identificar e reunir a produção editorial do DPDC/DNP propiciou a este estudo alcançar, como resultado, o mais completo levantamento já realizado das edições do primeiro órgão de propaganda do governo a investir em folhetos e livros. Essa catalogação proporcionou a visualização do conjunto do projeto editorial, a partir da qual é possível afirmar que o DPDC/DNP, apesar de criado em 1934, iniciou a elaboração de publicações somente em 1936. Por algum motivo,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

numerou apenas as seis primeiras obras e deixou de incluir o número a partir da sétima, permanecendo dessa maneira de 1936 em diante. No final de 1938, voltou a numerar, seguindo assim durante todos os meses de 1939, quando, com a substituição do órgão pelo DIP, o sucessor manteve esse procedimento até o seu fim, em 1945. A metodologia empregada aqui, para distinguir as obras de fato editadas pelo DPDC/DNP daquelas apenas patrocinadas ou recomendadas, foi a de considerar um impresso como oficial do Departamento Nacional de Propaganda apenas se ele apresentasse as letras DNP nas capas e/ou na folha de rosto.

O desenvolvimento dessa nova perspectiva de análise, que passa a considerar fundamental a identificação dos números de série, viabilizou, inclusive, determinar, com certa precisão, a quantidade total de folhetos e livros do DPDC/DNP. Isso só foi possível porque a produção do Departamento de Imprensa e Propaganda deu continuidade àquela instituída pelo Departamento Nacional de Propaganda. Ou seja, a Divisão de Divulgação do DIP, ao iniciar sua linha editorial, não empregou o número 1 para marcar a sua primeira publicação. Em vez disso, partiu do último que havia sido utilizado pelo DNP, o qual o levantamento empreendido por esta pesquisa indica ser o número 95. Durante a transição de um órgão para o outro, os primeiros impressos do DIP foram edições iniciais do periódico *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*. Ainda que não constem números nas contracapas, eles provavelmente foram contabilizados pelo DIP quando este deu continuidade às publicações, lançando, em seguida, com o número 101, seu primeiro livro: *O presidente Getúlio Vargas: um estadista como ainda não surgira no Brasil* (Marcondes Filho, 1940).

A partir dessas informações, para chegar ao total de obras do DPDC/DNP, foi preciso, como pode ser verificado na relação completa abaixo, somar seis (as publicações iniciais com número), mais vinte e oito (as sem número inseridas entre 6 e 31), mais sessenta e oito (as com número de 31 a 95, incluindo ainda três cujos números foram utilizados duas vezes para títulos distintos), mais quatro (as de 1939 que, por algum motivo, não têm número) e mais três (da relação das publicações identificadas e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não localizadas, e que provavelmente também não têm número).⁹ Baseando-se nesses cálculos, é seguro afirmar que o DPDC/DNP lançou em torno de 109 títulos distintos. Desses, a presente pesquisa conseguiu identificar 88, o que representa, aproximadamente, significativos 81% de tudo o que esse órgão produziu. A relação dos folhetos e livros publicados pelo DPDC/DNP identificada por esta pesquisa pode ser consultada em: Fraga (2021).

⁹ As demais obras presentes na relação das publicações identificadas e não localizadas provavelmente têm numeração e, portanto, já foram contabilizadas nos sessenta e oito títulos compreendidos entre os números 31 e 95.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conclusão

A chegada de uma importante efeméride da história política do Brasil contemporâneo, como a dos 90 anos da ascensão de Vargas à presidência da República, despertou uma atenção especial do campo acadêmico, estimulando a elaboração de balanços a respeito das pesquisas que ao longo do tempo avançaram no estudo desse período histórico e permitindo vislumbrar também os objetos pouco ou mesmo ainda não investigados. Os historiadores têm apresentado variadas e inovadoras abordagens de temáticas diversas, entre as quais é possível citar, por exemplo, educação, festas cívicas, relações de trabalho, música, rádio, cinema e teatro. Apesar da centralidade dos órgãos de propaganda e censura existentes no período, uma pequena quantidade de pesquisas se dedicou a analisar com profundidade as funções deles, incluindo o papel que tiveram como editores.

Feita essa constatação, o intuito deste artigo foi dar uma contribuição relevante à historiografia que, sobretudo mais recentemente, buscou justamente investigar a literatura produzida pelos órgãos oficiais de propaganda do governo Vargas. Mesmo com os avanços apresentados por esta pesquisa no que diz respeito à identificação dos volumes que compõem a biblioteca do DPDC/DNP, importantes questionamentos ainda se mantêm, tanto sobre esse departamento quanto em relação aos que o procederam. A partir da estratégia de acompanhar o número de série atribuído a cada livro e folheto, indicativo da ordem de publicação, é possível remontar também a biblioteca do DIP, o que não foi alcançado até hoje. Nesse sentido, à luz dessa nova perspectiva de investigação, torna-se mais viável, ainda que permaneça complexo, encontrar respostas para as seguintes indagações: Que títulos estão faltando para completar a lista da produção bibliográfica do Departamento Nacional de Propaganda? Qual o conjunto dos títulos editados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e pelos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda? Quais os temas e os autores dessas obras?

Quanto maior o avanço no esclarecimento de tais questões, mais próximos os estudiosos do tema estarão de responder à pergunta que justifica todo esse esforço: como as publicações desses órgãos construíram interpretações acerca do Brasil, de seus problemas, das soluções necessárias, da imagem do presidente, do passado histórico

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

brasileiro e da cultura do país? Enfim, se considerarmos os 90 anos da chamada Revolução de 1930 como um momento favorável à expansão das reflexões a respeito das características da administração varguista, conhecer os folhetos e livros editados por ela torna-se fundamental para alcançar tal objetivo, uma vez que permite o acesso ao discurso produzido por esse regime político sobre si mesmo, seus adversários e o país. Com isso, todo o esforço material e simbólico empreendido na época para fazer dessas publicações não apenas, mas principalmente, um espelho a refletir o que o governo imaginava ser, pode servir hoje de fonte privilegiada para os historiadores compreenderem melhor o que de fato ele foi.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Uma biblioteca do “impossível”*: trabalho de recuperação e ordenação de fontes (livros, folhetos e periódicos) necessárias e imprescindíveis à análise das relações entre os produtores intelectuais do denominado Estado Novo. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1981, mimeo.

BARROS, Orlando de. Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos meses do DIP. In: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Leticia (org.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 229-270.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais do Senado*. Livro 7, 1946. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1946/1946%20Livro%207.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

CAMPOS, Francisco. *Os problemas do Brasil e as grandes soluções do novo regime*. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 183-213.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CULTURA POLÍTICA. Atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano IV, num. 47, dezembro. Rio de Janeiro: DIP, 1944. p. 151-185.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FRAGA, André Barbosa. A “biblioteca do impossível”: levantamento da produção editorial do DPDC/DNP. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 41, n. 86, 2021. p. 135-158.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide R.; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 31, n. 61, 2011. p. 271-296.

MARCONDES FILHO, Alexandre. *O presidente Getúlio Vargas: um estadista como ainda não surgira no Brasil*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

PAULO, Heloisa Helena de Jesus. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.

REIS, Antonio Simões dos. *Bibliografia Nacional*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.

Revista do Livro: resenha mensal bibliográfica. Rio de Janeiro, nº. 1, Ano I, agosto de 1939.

SORÁ, Gustavo. *Brasílicas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2010.

SOUZA, José Inácio de Melo. *Ação e imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. 1991. 451 f. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L; VELLOSO, M. P; GOMES, A. M. de C. (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

VIEIRA, Ana Paula Leite. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.